



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(BATALHÃO VISCONDE DA PARNAÍBA)**

CONTRATANTE: UNIÃO/ MINISTÉRIO DA DEFESA/EXÉRCITO BRASILEIRO/ COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR

CONTRATADO: Laboratórios de análises clínicas e citopatologia.

OBJETO: Prestação de serviços laboratoriais de análises clínicas.

NATUREZA: Ostensiva.

VIGÊNCIA: 1 (um) ano (período de ____/____/____ a ____/____/____).

VALOR ESTIMADO:

REGIME DE EXECUÇÃO: indireta, empreitada por preço unitário.

PROCESSO Nº: 64040.005639/2020-40

CONTRATO Nº ____:

A União, entidade de direito público interno, por intermédio do **2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO**, Organização Militar do Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, com sede na Av. Frei Serafim, 2833, Centro, CEP 64000-550, nesta cidade, inscrito no **CNPJ/MF** sob o nº **07.549.168/0001-08** (UG Primária) e **07.549.168/0002-80** (UG Secundária), representada neste ato pelo seu **Comandante e Ordenador de Despesas, MARCELO FLORENTINO BORLINA, Tenente Coronel**, Identidade nº **011.154.714-7/EB**, CPF nº **189.193.658-14** residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) representante da **Organização Civil de Saúde** _____, inscrita no **CNPJ** sob o nº _____, estabelecida à Rua (Av.) _____, _____, Bairro _____, CEP _____-____, _____ - _____, neste ato representada pelo(a) seu (ua) **Diretor(a) Administrativo(a), Sr(a)** _____, Identidade nº _____/____-____, CPF nº _____, domiciliado à Rua (Av.) _____, _____, Bairro _____, CEP _____-____, _____-____, doravante denominado **CONTRATADO (A)**, têm entre si justo e contratado, nos termos da seguinte legislação infraconstitucional: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986; Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001; Portaria Ministerial nº 258, de 22 de abril de 1992 (IG 10-48); Portaria Ministerial nº 305, de 7 de junho de 1995 (IG 12-02); Portaria nº 371-Cmt Ex, de 30 de maio de 2005 (IG 12-04); Portaria nº 653-Cmt Ex, de 30 de agosto de 2005 (IG 30-32); Portaria nº 48-DGP, de 28 de fevereiro de 2008 (IR 30-38); Portaria nº 878-Cmt Ex, de 28 de novembro de 2006 (IG 30-16); Portaria nº 139-DGP, de 07 de julho de 2015 (EB 30-IR-10.004); Portaria nº 422-Cmt Ex, de 19 de junho de 2008 (IG 30-18); Portaria nº 117-DGP, de 19 de maio de 2008 (IR 30-57); Portaria nº 396-Cmt Ex, de 16 de junho de 2008; Portaria nº 1.495-Cmt Ex, de 11 de dezembro de 2014; Portaria nº 2.048, de 5 de novembro de 2008, do Ministério da Saúde; Portaria nº 544-MARE, de 26 de fevereiro de 1996; Portaria nº 466, de 4 de junho de 1998, do Ministério da Saúde; Instrução Normativa nº 05-MARE, de 21 de julho de 1995; Instrução Normativa nº 02-SLTI/MPOG, de 30 de abril de 2008; Instrução Normativa nº 02-SLTI/MPOG, de 11 de outubro de 2010; e demais legislações vigentes que tratam do assunto, que integram o presente Termo de Credenciamento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

1. A finalidade deste Contrato é garantir aos militares da ativa, da reserva ou reformados, pensionistas e seus dependentes e Servidores Cíveis do Exército Brasileiro (ativos e inativos) e dependentes diretos e indiretos, nas condições especificadas neste instrumento e no edital, por intermédio de Organização civil de Saúde, nos casos programados, urgência e emergência, os procedimentos de análises clínicas e citopatológicas.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da vinculação ao Edital de Credenciamento

1. Este instrumento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 001/2020-FUSEx/2º BEC, de ____ de ____ de 20____, do qual é parte integrante, bem como seus anexos.

- 1.1 - A apresentação do paciente nas instalações do CONTRATADO correrá por conta do beneficiário.
- 1.2 - O CONTRATADO fornecerá o material necessário para a execução do contrato, com observância das regras postas no Edital de Credenciamento e neste instrumento de Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do fundamento legal

1. A presente contratação fundamenta-se no art. 25, cabeça, da Lei nº 8.666/1993 – inexigibilidade de licitação.

CLÁUSULA QUARTA - Do regime de execução

1. Para atendimentos ambulatoriais e/ou procedimentos eletivos, a apresentação do paciente nas instalações do CONTRATADO correrá por conta do beneficiário.

2. Os pacientes, beneficiários do FUSEx e seus dependentes diretos, deverão ser encaminhados por médico militar (através de “Guia de Encaminhamento”, modelo Anexo “III”), depois de verificado o parecer do médico especialista e quando esgotados todos os recursos existentes nas OMS, portando a Guia de Encaminhamento e serão identificados da seguinte forma:

2.1 - Os beneficiários do FUSEx e seus dependentes deverão apresentar o cartão de beneficiário juntamente com um documento de identificação com foto;

2.2 - Quando o beneficiário não possuir o respectivo cartão deverá apresentar, no ato do atendimento, a Declaração Provisória de Beneficiário do FUSEx, fornecida pela UV, acompanhada da carteira de identidade militar ou, caso não possua, outro documento de identificação próprio (carteira de identidade, CNH ou outro documento com foto que o identifique).

3. Os beneficiários, servidores civis do Exército Brasileiro e seus dependentes diretos, deverão ser encaminhados por UV, portando a Guia de Encaminhamento e deverão apresentar o cartão de beneficiário juntamente com um documento de identificação com foto;

3.1 - Quando o beneficiário não possuir o respectivo cartão deverá apresentar, no ato do atendimento, a Declaração Provisória de Beneficiário da PASS, fornecida pela UV, acompanhada da carteira de identidade ou outro documento de identificação próprio (carteira de identidade, certidão de nascimento ou outro documento que o identifique);

4. Os usuários do Fator de Custos deverão ser encaminhados por UAt, portando a Guia de Encaminhamento e deverão apresentar a identidade militar ou a carteira de identidade;

4.1 - Os dependentes diretos deverão apresentar, no ato do atendimento, carteira de identidade ou outro documento de identificação próprio (CNH ou outro documento com foto que o identifique);

5. Nos casos de emergência ou de comprovada urgência, o atendimento será imediato, sem necessidade de apresentação de Guia de Encaminhamento, mediante a identificação do beneficiário socorrido, na forma expressa nos **subitens 5, 6 e 7**. Esse fato deverá ser comunicado por parte do CONTRATADO e do usuário ou seu responsável legal, em no máximo 2 (dois) dias úteis, a contar da data da ocorrência, mediante o fornecimento dos elementos necessários para comprovação da emergência ou da urgência, a fim de controle e providências administrativas.

5.1 - O FUSEx/SAMMED/PASS não se responsabilizará ou ressarcirá as despesas, caso não seja comprovada a urgência e (ou) a emergência ou não tenham sido cumpridas as providências acima previstas;

5.2 - O atendimento no caso de emergência ou comprovada urgência será coberto por guia de encaminhamento única, emitida impessoalmente, que abarque o atendimento que fora dispensado ao beneficiário, ainda que tal atendimento envolva equipe multidisciplinar.

6. A execução e o controle do presente instrumento serão avaliados pelo CONTRATANTE, mediante supervisão direta ou indireta no local onde realiza os exames.

7. A marcação e realização de exames e quaisquer outros procedimentos devem ser feitos de forma a atender às necessidades dos usuários do Fator de Custo, FUSEx e PASS, privilegiando os casos de emergência ou urgência, assim como as pessoas com mais de sessenta e cinco anos de idade, as gestantes, as lactantes, os lactentes e as crianças de até cinco anos de idade.

8. Os exames não cobertos pelo sistema FUSEx/SAMMED/PASS, conforme **subitem 7.8** do Edital, não se incluem na presente contratação.

8.1 - Caso solicitado, o CONTRATADO obriga-se a advertir o paciente ou seu responsável de que suportará os pagamentos decorrentes do exame.

9. A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, designado em Boletim Interno do 2º BEC. O CONTRATADO manterá um preposto, aceito por parte da Administração, no local do serviço, para representá-lo.

10. O Serviço de Auditoria do Posto Médico de Guarnição de Teresina/2º BEC possuirá o poder de vistoriar, de forma irrestrita, toda a documentação nosológica do beneficiário, bem como a documentação contábil e fiscal pertinente a este contrato.

11 - Durante a vigência contratual, o CONTRATANTE, caso necessário, enviará para o CONTRATADO documentos visando regular procedimentos técnicos e administrativos. Caso este não acate as novas condutas, constitui-se motivo de rescisão do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - Dos preços e das condições de pagamento

1. Os Procedimentos diagnósticos laboratoriais serão valorados conforme a Tabela de Classificação Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) 5ª Edição/2008, sem redutor para o PORTE e para a UCO. Os Procedimentos diagnósticos laboratoriais acordados como pacote terão como referência os valores do ANEXO L.

2. O CONTRATADO acolherá por contraprestação os pacotes de prestação de serviços – **Anexo L** do edital.

3. Deverá constar na nota fiscal, referente ao **subitem 14.1**, averbação com referência ao nome do paciente, nome do médico responsável e a data da realização do ato médico.

4. O CONTRATANTE somente indenizará as contas apresentadas, quando o usuário tenha sido encaminhando (através de “Guia de Encaminhamento”, modelo **Anexo “y”**), FUSEx/2º BEC, acompanhado da Guia de Encaminhamento, com a assinatura do beneficiário ou de seu responsável que comprove a prestação do serviço.

5. Procedimentos não especificados na(s) Guia(s) de Encaminhamento e os não cobertos não serão ressarcidos por parte do CONTRATANTE.

6. É vedado ao CONTRATADO cobrar diretamente do beneficiário do FUSEx/SAMMED/PASS qualquer importância a título de taxas, honorários ou serviços prestados, inclusive depósitos prévios, além dos constantes da Tabela acima pactuada.

7. O pagamento será precedido de consulta quanto à regularidade fiscal do CONTRATADO.

8. Os pagamentos serão efetuados mediante Ordem Bancária, em favor do CONTRATADO, na conta corrente, agência e banco informados, após a apresentação de Nota Fiscal dos serviços e lisura das faturas devidamente discriminadas. Deverá constar no corpo das respectivas faturas o período de competência do faturamento.

9. A Nota Fiscal correspondente à prestação do serviço prestado deverá ser emitida em nome do **2º Batalhão de Engenharia de Construção**, órgão do Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, com sede na Av. Frei Serafim, nº 2833, CEP 64000-550, inscrito no CNPJ/MF para UG primária sob o CNPJ nº.

07.549.168/0001-08 (Matriz) e para UG secundária CNPJ nº **07.549.168/0002-80** (Filial), da qual deverá constar o número da Nota de Empenho correspondente e os dados bancários do CONTRATADO, para crédito em conta corrente do valor devido, assim como a discriminação detalhada dos serviços cobrados.

10. Os valores vigentes na data de atendimento serão os considerados para a quitação das faturas.

11. O CONTRATADO se obriga a apresentar a fatura ao CONTRATANTE, nos prazos indicados no Edital de Credenciamento, Setor de lisura do Posto Médico da Guarnição de Teresina/2º BEC, a fatura, em 3 (Três) vias de igual teor, em nome do 2º Batalhão de Engenharia de Construção, Unidade Gestora do Fundo de Saúde do Exército, anexando todos os comprovantes de despesas, as Guias de Encaminhamento do FUSEx/PASS com as assinaturas dos beneficiários ou de seus responsáveis, a relação de materiais e medicamentos gastos relativos aos atendimentos prestados no mês considerado, discriminando número de ordem, data, número da Guia de Encaminhamento, nome do usuário, número do documento de identidade, número de matrícula do Servidor Civil ou de seu dependente, se for o caso, número de matrícula no cadastro de beneficiários do FUSEx (número de cartão FUSEx, composto pelo Código de Pessoal – PREC/CP – mais sequência familiar), se militar contribuinte do FUSEx, código da Tabela CBHPM/08-5ª Ed, os quantitativos de CH, pacote adotado, valor de R\$ (reais), relatório de conferência (espelho) e uma ficha de controle de procedimentos.

11.1 - O CONTRATANTE não será responsabilizado pelo atraso nos pagamentos que sejam decorrentes da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados e com vícios formais que ensejem devolução;

11.2 - O CONTRATADO deverá apresentar, separadamente, as faturas de despesas dos beneficiários do FUSEx, de Servidores Civis, de usuários de Fator de Custos e dos paciente que evoluíram ao óbito;

11.3 - O CONTRATADO deverá apresentar as faturas em lotes separados, organizados por despesas com exames e emergência/urgência;

11.4 - O CONTRATANTE restituirá a documentação acima citada, se a mesma apresentar rasuras, incorreções ou outros vícios de forma em até 15 (quinze) dias do respectivo protocolo;

11.5 - Aceita a documentação, dentro do prazo acima fixado, a mesma será recebida por meio de termo circunstanciado assinado pelas partes.

12. O CONTRATANTE realizará a aferição das faturas, por meio do Setor de Lisura do Posto Médico da Guarnição de Teresina/2º BEC, e o pagamento das despesas constantes das notas fiscais, na medida em que estas forem apresentadas, sendo vedada a acumulação das mesmas para providências posteriores sem motivos justificados.

12.1 - Fatura entregue no Setor de Protocolo do FUSEx, com atrasos será objeto de avaliação pelo Serviço de Auditoria, sendo aplicada a glosa total do seu valor.

12.1.1 – Devolução de Guias Eletivas:

- As Guias Eletivas deverão ser apresentadas no Setor de Entrada de Faturas e Emissão de Guias do FUSEx em até 20 (vinte) dias corridos após a data do atendimento.

- As guias que contemplarem sessões seriadas deverão ser entregues no Setor de Entrada de Faturas e Emissão de Guias do FUSEx em até 10 (dez) dias corridos após a última sessão.

13. Toda situação anormal, que impossibilite ou prejudique o pagamento das despesas, será imediatamente informada ao CONTRATADO.

14. O CONTRATANTE glosará, total ou parcialmente, mediante motivação, a remuneração pelos serviços prestados especificados nas faturas que não estiverem de acordo com este contrato ou o edital.

14.1 - O Setor de Lisura do Posto Médico da Guarnição de Teresina/2º BEC possuirá o prazo de 20 dias, contado a partir do término do prazo do **subitem 24.5**;

14.2 - O CONTRATADO poderá interpor representação, nos termos do art. 109, II, da Lei nº 8.666/1993, contra a decisão da glosa, constantes das faturas restituídas pelo CONTRATANTE, conforme o Índice de Glosa do **Anexo L** deste contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias;

14.2.1 - Caso o Setor de Lisura reconsidere sua decisão, o procedimento de pagamento prosseguirá seu curso;

15. O CONTRATANTE efetuará o pagamento das faturas apresentadas nas condições prescritas, no prazo máximo, contado da data de protocolo das mesmas no Posto Médico da Guarnição de Teresina/2º BEC e após a aferição da respectiva lisura, de até 60 (sessenta) dias.

15.1 - Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, da Lei nº 8.666/1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

16. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$I = (TX/100) / 365$

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

17. Sobre o valor devido ao CONTRATADO, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15 de dezembro de 2004.

18. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

19. O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará

condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte do CONTRATADO.

20.1 - O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

21. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – Do reajuste

6.1 Os valores previstos no corpo do Edital e em seus anexos (Anexo L) serão corrigidos e publicados anualmente, até a vigência do presente edital, em estrita observância às regras abaixo:

6.1.1 Os valores dos itens relacionados às taxas, diárias, materiais, dietas e suplementos; pacotes de prestação de serviços; assistência domiciliar; especialidades não médicas; procedimentos odontológicos; consultas **serão atualizados mediante publicação de nova tabela própria da Administração (Anexo L), no mês de janeiro, tendo como parâmetro pesquisa de preços, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2014.**

6.1.2 Os preços dos medicamentos **serão pagos pela tabela ÍNDICE FARMACEUTICO BRASÍNDICE ATUALIZADO.**

6.1.3 O SADT e os procedimentos médicos **serão pagos pela tabela CBHPM**, publicada pela Associação Médica Brasileira, de acordo com portes e UCO's que **reflitam a realidade do mercado.**

6.1.4 O filme radiológico **será pago pela tabela do Colégio Brasileiros de Radiologia vigente à época da republicação do edital**, conforme condições e critérios da referida instituição.

6.2 A atualização dos valores contratados poderá refletir diminuição dos anteriormente fixados.

6.3 O CREDENCIANTE deve aderir aos novos preços por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da vigência

1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020.

2. O CONTRATADO dará início aos serviços no dia 1º de abril de 2020 ou na data da assinatura do Termo de Contrato, caso este ato ocorra durante o ano de 2020.

3. O presente contrato com base no inciso II no artigo 57 da Lei 8.666/93 e suas atualizações, poderá ser prorrogado, mediante a celebração de termo aditivo, por prazos iguais e sucessivos de até 12 meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, contados da data da publicação do Edital que lhe serve de fundamento, desde que a vigência do referido Edital seja prorrogada por período equivalente.

3.1 – Nos termos do Enunciado nº 04 CPLC/DECOR/CGU/AGU, constitui juízo de conveniência e oportunidade da autoridade pública competente, podendo vigorar por prazo indeterminado, subsidiariamente ao § 4º do artigo 57 da Lei 8.666/93.

4. O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos, na imprensa oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA – Da dotação orçamentária

1. A fonte de recursos será do Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 0250270037-0250270013-01000000000, Programa de Trabalho Resumido 045161-045162-045098-045101-045100, Natureza da Despesa 339039 e Plano Interno D8SACIVOCSA – PASS; D8SAFUSOCSA- FUSEX; D8SAFCTOCSA – Fator de Custo e D8SAECBOCSA – Ex Combatente.

1.1 - A despesa será empenhada à conta do crédito acima consignado, por meio de nota de empenho.

CLÁUSULA NONA – Da responsabilidade civil

1. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento contratual não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO.

2. A responsabilidade a que se refere a presente Cláusula estende-se à reparação de dano eventual de instalações, equipamentos e/ou aparelhagens, essenciais à prestação dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

3. O CONTRATADO será responsável, civil e penalmente, pelos danos causados aos pacientes, por terceiros vinculados, decorrentes de omissão, voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das sanções

1. Pelo atraso injustificado na execução das obrigações decorrentes do contrato, o CONTRATADO estará sujeito à multa de 1% sobre o valor da última fatura paga o(a) contratado (a), por dia de atraso, aplicada na forma prevista no art. 86 da Lei nº 8.666/1993.

1.1 - A multa acima não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no edital.

2. O descumprimento das obrigações contratuais, inclusive sua inexecução, total ou parcial, e/ou das condições previstas no edital e neste contrato sujeitará o CONTRATADO, na forma do disposto no art. 87 da Lei nº 8.666/1993, às seguintes penalidades:

2.1 - Advertência;

2.2 - Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 10% da última fatura paga o (a) contratado (a) por ocorrência, até o limite de 50% sobre o valor da última fatura paga o (a) contratado (a);

2.3 - Em caso de inexecução total, multa compensatória de 100% sobre o valor da última fatura paga o (a) contratado (a);

2.4 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Comando do Exército Brasileiro, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

2.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a ser concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

3. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às pessoas jurídicas ou físicas que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/1993:

3.1 - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

3.2 - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento;

3.3 - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

4. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

5. A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

6. As sanções previstas nos **subitens 45.1, 45.4 e 45.5** poderão ser aplicadas juntamente com a dos **subitens 45.2 e 45.3**, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Defesa, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

8. As demais sanções são de competência exclusiva do Ministro da Defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da rescisão

1. O presente contrato poderá ser rescindido nos casos de inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos citados no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, conforme abaixo descrito:

1.1 - Determinado por ato unilateral e motivado da Administração, nos seguintes casos:

1.1.1 - Não cumprimento ou cumprimento irregular dos prazos, cláusulas e serviços contratados;

1.1.2 - Interrupção dos trabalhos por parte do CONTRATADO, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

1.1.3 - Atraso injustificado no início dos serviços;

1.1.4 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;

1.1.5 - Não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento, assim como das de seus superiores;

1.1.6 - Cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços, anotadas na forma do § 1º do art. 67, da Lei nº 8.666/1993;

1.1.7 - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, bem como a dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;

1.1.8 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica, que prejudique a execução do contrato;

1.1.9 - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

1.1.10 - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato; e,

1.1.11 - Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

1.2 - Por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento de credenciamento, desde que haja conveniência para a Administração e não prejudique a saúde dos beneficiários do FUSEX/SAMMED/PASS, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

1.2.1 - Estando em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, o CONTRATADO não poderá solicitar a rescisão, enquanto não concluído o processo de apuração.

1.3 - Por rescisão judicial promovida por parte do CONTRATADO, se a Administração incidir em quaisquer das seguintes hipóteses:

1.3.1 - A supressão, por parte da Administração de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993;

1.3.2 - A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

1.3.3 - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de serviços, ou parcelas destes, recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o devido processo legal.

3. O 2º Batalhão de Engenharia de Construção poderá, no curso de processo de apuração das hipóteses de rescisão administrativa, interromper temporariamente a execução dos serviços, observado o limite fixado no **subitem 52.3.2**.

4. Quando a rescisão ocorrer com base nos **subitens 52.1.9, 52.1.10 e 52.3**, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados, tendo direito a:

4.1 - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

4.2 - Pagamento do custo da desmobilização.

5. A rescisão unilateral por ato da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato:

5.1 - Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

5.2 - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

6. É permitido à Administração, no caso de recuperação judicial do CONTRATADO, manter o ajuste, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

7. Em caso de rescisão, os tratamentos em curso deverão ser concluídos por parte do CONTRATADO, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CONTRATANTE.

8. A rescisão não eximirá o CONTRATADO das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das obrigações do contratante

1. O CONTRATANTE obriga-se a:

1.1 - Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos neste contrato;

1.2 - As fases do processamento das despesas médicas deverão ser acompanhadas por parte do órgão executor do FUSEx/SAMMED/PASS, por intermédio de auditorias prévias, concorrentes e *a posteriori*, além da verificação da lisura e inspeções administrativas, conforme estabelece o art. 80 da Portaria nº DGP-48/2008 e 18, § 2º, da Portaria nº DGP-117/2008 (IR 30-57).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das obrigações do contratado

1. O CONTRATADO obriga-se a:

1.1 - Indicar formalmente à Administração os prepostos e/ou responsáveis pela prestação dos serviços, objeto deste contrato, onde deve ser enviado 2 (duas) cópias devidamente assinadas pela empresa contendo dados telefônicos e e-mail do preposto;

1.2 - Manter disponibilidade de mão de obra dentro dos padrões quantitativa e qualitativa suficientes para atender a demanda ordinária, bem como eventuais acréscimos solicitados pela Administração, respeitado as disposições da legislação trabalhista vigente;

1.3 - Arcar com o custo do fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI) para a mão de obra envolvida, sendo vedado o repasse de tal custo ao CONTRATANTE;

1.4 - Efetuar a reposição da mão de obra nos serviços, em caráter imediato, em eventual ausência;

1.5 - Atender de imediato as solicitações relativas à substituição de mão de obra desqualificada ou entendida por parte da Administração como inadequada para a prestação dos serviços;

1.6 - Instruir o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Saúde Ocupacional;

1.7 - Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade nos serviços prestados;

1.8 - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato, nos termos da legislação aplicável; e,

1.9 - Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação constantes do edital.

1.9.1 - Nesse caso, é vedada a retenção de pagamento se o contratado não incorrer em qualquer inexecução do serviço;

1.9.2 - A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

1.9.3 – Emitir uma lista atualizada com todos os exames executados pelo CONTRATANTE com seus respectivos tempos de entrega de resultados.

1.9.4 – De Segunda à Sexta-feira sempre no horário do meio dia recolher no LAC as amostras biológicas a serem processadas. Esse recolhimento deve ser realizado em recipiente adequado de acondicionamento e transporte.

1.9.5 - Fornecer por escrito ao LAC da CONTRATANTE, contatos telefônicos para eventuais dúvidas com relação a alguma pendência de exames.

1.9.6 – A CONTRATANTE deve fornecer mensalmente tubos de ensaio e etiquetas com a logomarca da empresa para que seja feito o envio e a identificação das amostras biológicas do LAC até o local onde as mesmas serão processadas.

1.9.7 – As etiquetas que serão utilizadas para identificação dos tubos devem conter as seguintes informações:

- Data;

- Nome do paciente;

- Exames;

- Identificação numérica;

- Tipo de amostra; e

- Convênio.

1.9.7 - **De acordo com a Portaria 305-DGP, de 13/12/2017, que aprova as instruções Reguladoras para Perícias Médicas no Exército (EB30-IR-10.007), o CREDENCIADO DEVERÁ, observar o Artigo 43 da Seção IV (dos pedidos de laudo e exames complementares), emitindo os respectivos laudos por especialistas, quando solicitado pelo Agente Médico Pericial para subsidiar a emissão do seu parecer considerando, também, a anamnese, o exame físico, o ambiente, o previsto na legislação médico pericial e nas leis em vigor.**

1.9.8 – Fica obrigado a atender a resolução CONAMA nº 3358, de 29/04/2005 e Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da negação de remuneração a militares

1. O militar, estando na ativa, não poderá receber remuneração, honorários, complementação destes ou pagamento por serviços profissionais prestados ao beneficiário atendido sob a regência do presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da subcontratação

1. É vedado a entidade contratada, delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços objeto deste Termo de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Do valor do contrato

1. O valor global estimado para fazer face às despesas relativas ao objeto deste contrato, abrangendo sua vigência mais as prorrogações máximas caso permitido, terá como base o levantamento estimativo dos encaminhamentos que foram realizados nos últimos doze meses pelo 2º Batalhão de Engenharia de Construção, para Organizações Cíveis de Saúde.

1.1 - O valor estimado deste contrato deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto da evolução da despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas neste contrato.

1.2 - O valor estimado deste contrato não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal, já que o total de gastos do mês dependerá dos atendimentos e serviços prestados no respectivo período.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Das Glosas

1. É reservado à CONTRATANTE, mediante análise técnica e administrativa, o direito de glosa total ou parcial dos procedimentos apresentados em desacordo com as disposições contidas no Edital de Credenciamento e neste Termo de Contrato, de acordo com a legislação aplicável e atos normativos pertinentes.

2. A CONTRATADA disponibilizará a documentação de comprovação dos gastos juntamente com a fatura para o processo de auditoria e lisura de contas médicas.

3. A CONTRATANTE terá o prazo de 20 (vinte) dias para realizar a lisura das contas, contados da data de entrega da fatura no FUSEx/2º BEC. Havendo algum item ou valor divergente na fatura, a CONTRATANTE deverá apresentar à CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a respectiva lisura, o relatório de Glosa.

4. A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar pedido de recurso de glosa, devendo ser feito por escrito e em formulário próprio (recurso de glosa), com a devida justificativa técnica e fundamentada para a revisão do valor ou valores glosados.

5. O recurso de glosa apresentado pela CONTRATADA será julgado e motivado no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento do recurso pela CONTRATANTE, e será concluído com a emissão de parecer.

6. A CONTRATADA somente está autorizada a realizar os procedimentos previamente ajustados em contrato, sob pena de arcar com as despesas advindas destes procedimentos.

7. Nos casos de atendimento de urgência ou emergência, a CONTRATANTE se compromete a arcar com as despesas da consulta inicial com o médico atendente da CONTRATADA, exceto se o atendimento evoluir para internação. As demais despesas referentes aos atendimentos previstos neste subitem, se existirem, serão avaliadas em auditoria concorrente ou a posteriori para pagamento, conforme o caso.

8. Caso haja divergência entre o código do procedimento previsto com autorização da CONTRATANTE, devendo, neste caso encaminhar o usuário à CONTRATANTE para as correções necessárias na referida guia.

9. São situações que motivarão Glosa por parte da CONTRATANTE:

9.1 - Cópia de Guia de Encaminhamento, adulteração, rasura ou uso de corretivo nos documentos comprobatórios;

9.2 - Boletim de Atendimento de Urgência ou Emergência sem a assinatura do paciente atendido ou seu responsável legal;

9.3 - Guia de Encaminhamento em nome de outra CONTRATADA;

9.4 - Guia de Encaminhamento vencida, ou seja, passados mais de 30 (trinta) dias da data de sua emissão até o atendimento;

9.5 - Guia de Encaminhamento apresentada para faturamento após o limite máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, sem prejuízo, nesta situação do cumprimento dos prazos intermediários previstos nos itens 114 a 117 em razão da possibilidade temporal de o beneficiário fazer uso da Guia na própria data de sua emissão pelo FUSEx;

9.6 - Ausência de Guia de Encaminhamento junto à relação de faturamento apresentada ao FUSEx;

9.7 - Ausência nas faturas do Boletim referentes aos atendimentos de urgência ou emergência;

9.8 - Boletim de Atendimento de Urgência/Emergência com pelo menos um campo não preenchido ou rasurado;

9.9 - Valores de procedimentos em discordância com os pactuados neste contrato;

9.10 - Procedimentos eletivos atendidos sem a Guia de Encaminhamento previamente emitida pelo FUSEx;

9.11 - Atendimento a paciente cujo nome não coincide com o da Guia de Encaminhamento;

9.12 - Guia de Encaminhamento sem o código do procedimento ou cujo código não se refira ao procedimento realizado; e

9.13 - Ausência de assinatura na Guia de Encaminhamento;

9.13.1 - Do beneficiário ou do seu responsável legal ou acompanhante; ou

9.13.2 - Do Médico ou Gestor do FUSEx.

10. Descumprimento de normas administrativas do FUSEx regulando processo de glosa, emitidas ao longo da vigência do Contrato.

11. Descumprimento dos prazos para a apresentação das contas e Boletim de Urgência/Emergência ao FUSEx/2º BEC.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Do foro

1. O foro para dirimir questões relativas ao presente contrato será o do município de Teresina/PI, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por estarem justos e contratados, preparam o presente Termo de Contrato, em 3 (três) vias de igual teor, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes signatárias contratantes e por duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais, comprometendo-se as partes, a cumprir e fazer cumprir o que ora é pactuado, em todas suas cláusulas e condições.

Teresina-PI, ____/____/____

Pelo CONTRATANTE:

MARCELO FLORENTINO BORLINA – Tenente Coronel
Comandante e Ordenador de Despesas do 2º Batalhão de Engenharia de Construção
CPF **189.193.658-14**

Pelo CONTRATADO:

XXXXXXXXXXXX
Diretor Administrativo
CPF nº **000.000.000-00**

TESTEMUNHAS:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF nºXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF nºXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX